

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**

**SESSÃO REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2023**

**ATA NÚMERO VINTE E OITO**

10 Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, teve lugar a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

20 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Carla Isabel Argueles Cáceres substituída por Bruno Miguel de Oliveira; Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares; Paulo José Melo Martins, substituído por Júlia Dorinda Sampaio; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por João Emílio Almeida; Beatriz Lima, substituída por Nelson Martins da Silva; Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto; Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

30 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Arménio José Pereira da Costa, que justificou a falta, substituído por José

5 Lopes de Sousa; Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro substituído por Domingos Martins Oliveira e Manuel Joaquim dos Santos Azevedo substituído por Maria Eduarda Ferreira. -----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, e os Senhores(as) Vereadores(as): Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----  
Esteve ausente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo. -----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, disse ser obrigação e dever informar institucionalmente a Assembleia Municipal, na sua primeira reunião após os acontecimentos ocorridos e que resultaram na detenção do Vice-Presidente do município, bem como de outros agentes técnicos de outros municípios e Direções-Gerais. Era o trabalho da Justiça, porque era o momento da Justiça. Que tinha a obrigação, mas também o direito de reafirmar a sua total ausência de envolvimento pessoal em quaisquer atos ilícitos em processos urbanísticos ou outros, tendo sempre pautado a sua atuação pelo escrupuloso respeito pelas regras da lei e da ética. Mas igualmente sublinhava, em abono da sua consciência, que estava  
20 convencido da inocência do Eng. Patrocínio Azevedo. Decidiu, redistribuir os pelouros da seguinte forma: as áreas ligadas às obras municipais e vias municipais ficavam na jurisdição do Presidente; as áreas ligadas à gestão, conservação e construção de equipamentos públicos e de espaços públicos ficavam igualmente na jurisdição do Presidente; as áreas ligadas ao Planeamento Urbanístico e Política de Solos, Licenciamento Urbanístico ficavam na jurisdição da Dra. Célia Correia. Decidiu pela transferência das funções de Vice-  
25 Presidente para a Dra. Marina Mendes, número 3 da lista autárquica e responsável pelas áreas da Educação e Ação Social. O processo de reorganização implicava a inevitável auditoria técnica aos serviços do urbanismo. Que fosse a Justiça a informar as pessoas e não as pessoas a substituírem-se à Justiça, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 1). -----

30 **Ponto 1 - Público**.-----

**Senhora Domicilia Costa (Freguesia de Oliveira do Douro)**, fez referência à situação dos transportes de passageiros que servem as várias freguesias do concelho, a qual se tem vindo a agravar, desde que teve início a pandemia, com o incumprimento dos horários, que causava grandes transtornos a quem trabalha, mas  
35 também aos estudantes. Deixou uma séria de questões: pertencendo o concelho de Vila Nova de Gaia à AMP porque não somos servidos pelos STCP? Ou porque não é criada uma empresa de transporte público para

5 servir a área metropolitana, que complemente os STCP, que são públicos? A descoordenação dos horários em "horas de ponta", diariamente esperando meia-hora e mais, sendo "assaltada" a primeira camioneta que aparece, por vezes logo seguida por duas e três outras a fazerem o mesmo percurso, mais parecendo um comboio, e que seguem vazias ou quase. Ausência de horários afixados nas paragens, à semelhança dos STCP. Pediu a colocação de abrigos em todas as paragens onde tal seja possível, conforme documento em anexo  
10 (Vide anexo nº 2).-----

**Senhor José Gabriel (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso)**, na sua intervenção lembrou a necessidade de uma pequena obra esquecida, mas de grande necessidade pública. Em Mafamude, no final da Rua Clube dos caçadores, do lado direito, há um terreno público que permite a passagem aos peões para a Rua Nossa Senhora do Carmo, um caminho já muito utilizado, mas será muito mais quando for inaugurada  
15 a Estação Manuel Leão da extensão da Linha Amarela do metro, o que fará muita diferença, sobretudo, porque é uma área do terreno todo em monte e de grande inclinação. No entanto, atualmente o caminho público permite total acesso entre a Rua Clube dos Caçadores e Rua Nossa Senhora do Carmo, não tendo as condições mínimas de segurança. Era preciso apenas abrir uma pequena via com cerca de 2 metros de largura para poderem passar também bicicletas ou carrinhos de bebé e colocar alcatrão. -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, agradeceu a intervenção dos senhores munícipes, prestando os devidos esclarecimentos. Quanto à questão dos transportes não era naquele momento possível a STCP servir mais do que aquilo que serve o concelho O Porto, tem cobertura a 100% da STCP. De acordo com a lei a STCP é por isso, um operador interno que só tem margem para suprir lacunas de 20% da sua operação. O concurso demorou muito tempo, não porque ele tenha demorado muito tempo,  
25 mas porque, desde que saiu o resultado inicial, o relatório preliminar, os operadores que estavam no terreno a maior parte deles, tendo perdido o concurso, desataram a tentar criar incidentes judiciais, impugnações e, nos procedimentos públicos quando há uma impugnação de uma empresa, o procedimento suspende, não pode continuar. Não podia, por exemplo, aferir se as carreiras estavam a fazer os horários porque os autocarros não estavam georreferenciados, não pode ter um fiscal em cada paragem para ver se chega a  
30 horas. Não houve nenhum presidente de câmara, incluindo o de Gaia que tenha tido intervenção no concurso para ganhar a empresa do amigo e por isso, o amigo transformou-se em inimigo. Porque no tempo de hoje somos bons quando somos úteis e passamos num instante de bestiais a bestas e foi um bocadinho assim que aconteceu. Relativamente ao Senhor José Gabriel iria verificar o assunto, e for assim tão simples como o senhor diz seria muito fácil. -----

35 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que no dia anterior, já no fim da conferência de líderes, a senhora representante do CH, colocou a questão de perceber se hoje era possível haver intervenções. A interpretação da Mesa é que uma Assembleia Extraordinária não tem PAOD, não há intervenções, porém, tivemos hoje uma comunicação do senhor Presidente da Câmara Municipal e se alguém

5 sobre essa matéria se quisesse pronunciar, seria o momento de o fazer, conforme documento em anexo  
(Vide anexo nº 3).-----

10 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** no uso da palavra disse, mesmo respeitando o princípio da presunção  
de inocência e deixando para a justiça, o que é da Justiça, a semana passada tinha sido fatídica para a  
credibilidade e confiança do município e do seu executivo, sem ainda sabermos como isto tudo irá acabar e  
até onde irá chegar, uma coisa era certa, a credibilidade e a confiança dos munícipes neste executivo estava  
irremediavelmente posta em causa. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, e como responsável máximo do  
executivo camarário que lidera, cabia-lhe retirar as devidas ilações políticas do atoleiro que estava a arrastar  
o terceiro maior concelho do país para uma total onda de descrédito e suspeição. -----

15 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** na sua intervenção disse que o dia 16 de maio foi um dia negro para  
instâncias democratas gaienses causando danos reputacionais que infelizmente se sentirão por bastante  
tempo. Esse dia era um corolário da necessidade da existência da Assembleia Municipal como órgão  
fiscalizador e de escrutínio da atividade da Câmara Municipal procurando dar transparência e clareza e  
procurando aproximar a política que é feita em Gaia, aos cidadãos. Escrutinar não era o que se fazia nas urnas  
20 e nas mesas de voto, era acima de tudo analisar com minúcia os temas mais importantes da cidade de Gaia  
e procurar dessa forma aportar valor às políticas desenvolvidas no município. Saudavam a imposição de uma  
auditoria aos processos urbanísticos da Câmara Municipal. Lembrava a constante luta da Iniciativa Liberal de  
repor as transmissões da Assembleia Municipal para os munícipes e que foram sem qualquer aviso prévio ou  
explicação oficial dada, interrompidas a 28/4/2002 e colocavam os gaienses em primeira mão e sem  
25 necessidade deslocarem-se à assembleia municipal de fiscalizar a atuação do edil, do executivo e do partido  
incumbente. Luta essa que teve apenas o final feliz, não com consentimento do grupo municipal PS, mas  
apenas com grupo parlamentar do Partido Socialista na assembleia da República. Aguardam com total  
serenidade, o desenrolar da investigação perseguida relativamente aos processos que visa o executivo  
municipal e têm a confiança plena que este irá colaborar com as autoridades competentes no sentido de  
30 responder cabalmente a todas as questões elencadas pelas autoridades respetivas. -----

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)** apresentou sem prejuízo de reconhecerem a gravidade dos mais  
recentes desenvolvimentos, envolvendo responsáveis autárquicos em Gaia, a CDU permanecerá  
naturalmente atenta às evoluções do caso, convicta de que estes devem ser apurados nas instâncias  
competentes sem julgamentos em praça pública e no estrito respeito pelo princípio de presunção de  
35 inocência. Assim, para além do agradecimento formal do senhor presidente da Câmara Municipal de Vila  
Nova de Gaia, pela declaração feita, a CDU entende na sua postura sóbria que é de resto o seu timbre, que o  
assunto dizendo respeito à justiça é pela justiça que deve ser tratado. -----

5 **Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** Pelo menos, no momento muito difícil e traumático para a vida da nossa autarquia. Momento em que teríamos de conseguir manter o equilíbrio, sempre difícil, entre a viva indignação e a calma, ponderação na abordagem dos problemas e entre o choque e o sangue-frio entre a raiva e a esperança entre a urgência das decisões e o tempo longo e desesperante dos processos. Saudavam a decisão do executivo de realizar várias auditorias e esperámos que sejam amplas e rigorosas e aguardámos os seus resultados, porque a verdade é que para estarmos onde estamos para termos chegado onde chegámos, houve certamente algo importante que falhou. Provavelmente várias coisas importantes em que falhámos, lembrar que uma delas em 16 de fevereiro, a assembleia discutiu uma proposta do BE para a criação de uma comissão de acompanhamento das grandes obras estruturantes do concelho. Fizeram uma proposta, que uma comissão de deputados especificamente dedicados ao assunto poderia trazer aquele plenário, o reforço da capacidade de escrutínio e de controlo que lhe compete fazer. (Vide anexo nº 4) -----

**Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** apresentou uma declaração do Grupo Municipal do PSD, referindo que num misto de perplexidade e muita preocupação o PSD tomou conhecimento da denominada “Operação Babel” que se concentrou na Câmara Municipal e nos seus responsáveis políticos e viria originar a detenção do seu vice-presidente tendo o próprio presidente da Câmara foi constituído arguido. No município, em quase 50 anos de poder local democrático, era a primeira ocorrência de natureza criminal daquela natureza, dimensão e gravidade. Sem prejuízo do princípio da presunção de inocência era muito preocupante que os fortes indícios dos ilícitos criminais em causa - corrupção ativa e passiva, recebimento indevido de vantagem, abuso de poder, prevaricação favorecimento, entre outros - se tenham mostrado suficientes para conduzirem à prisão preventiva do vice-presidente da Câmara. Os factos indiciados pelo Ministério Público são muito graves e vão, com certeza, causar danos irreparáveis na imagem do município e um rude golpe na reputação da Câmara Municipal, o que o PSD lamenta profundamente, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 5).-----

**Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** apresentou uma declaração do Grupo Municipal do PS, referindo que na passada semana, as entidades de investigação realizaram buscas para recolha de documentos na Câmara Municipal de Gaia e na Gaiurb. Simultaneamente a essa ação, foi detido, entre outros, o vice-presidente do município encontrando-se ao momento em prisão preventiva. Foram ainda realizadas ações de obtenção de documentos de um outro processo, como foi referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Sobre os acontecimentos, públicos e do conhecimento de todos, o grupo municipal do Partido Socialista e presidentes de junta nesta Assembleia Municipal têm o dever de se pronunciar. Com a transparência que se exigia a quem exercia funções públicas de representação dos cidadãos, tendo a certeza de que era essa postura íntegra que tem conduzido a nossa ação e que mais uma vez se esperava de nós. Temos um compromisso ético inquebrantável no plano individual e no plano do tratamento da causa pública. Em nenhuma circunstância emprestámos o nosso tempo ao exercício das responsabilidades que os muitos

5 eleitores nos confiaram para benefício próprio. Dizemos, desde 2013, que somos um grupo de pessoas normais com vidas normais, mas empenhados no bem do nosso concelho, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 6).-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** agradeceu as palavras e reflexões e reafirmou que depositava total confiança nos seus colegas de executivo. Depois de naquela assembleia se  
10 falar em Comissões de Obras Públicas questionou aquela assembleia, se alguma vez algum senhor deputado tinha levantado alguma questão sobre algum processo urbanístico em concreto, que dissesse, que o deputado do PSD votou contra o SkyLine e alvitrada que houvesse ali troca de favores e corrupção, então lamentava que não tivessem dito claramente o que é que estava em causa. Votaram contra por razões que estão esclarecidas, nas declarações de voto e que nunca tiveram que ver com suspeições. skyline que era  
15 uma obra absolutamente emblemática do Souto Moura em Vila Nova de Gaia. Nunca quiseram um Centro de Congressos, pois é uma questão política, agora associar opção política a uma aparente pré-avaliação de que estava aqui qualquer coisa de escondido é que não. Disse ainda, que as comissões de acompanhamento iriam permitir que os deputados descortinassem e aprofundassem “coisas”, perguntava quantos dos senhores deputados presentes tinha feito um requerimento até ao presente, que em 3 anos ou em 2 anos,  
20 fez um requerimento ao Urbanismo que não tivesse sido respondido ou quantas vezes pediu acesso a um processo urbanístico que não tivesse sido dado e se havia, de facto, dúvidas pelos vistos havia quem previsse “coisas” que levaram a pedir comissões, porque é que não tinham levado até às últimas consequências indo “bater” à porta da polícia ou do Ministério Público. Dirigindo-se ao senhor deputado BE, que era preocupante, porque o BE teve apenas a gestão de uma câmara Municipal e bastou meio mandato, para a  
25 Câmara Municipal do Bloco de Esquerda, cair no “lobo da corrupção”. Passou ainda, a prestar, exaustivamente, diversos esclarecimentos quanto às intervenções que o antecederam. -----

**Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse ir ler alguns excertos para explicar bem o que exatamente disseram. O PSD não escreveu, foi novamente constituído arguido. Apenas consideraram o que se passou no âmbito da “Operação Babel”. O facto de o presidente não estar envolvido nesta problemática urbanística  
30 veio reforçar a convicção de que é uma pessoa honesta e que apenas mudariam de opinião se viessem a ser confrontados com informações que justificassem essa mudança de opinião. Era evidente que seria completamente absurdo fazer uma acusação sem terem conhecimento, atacar a honradez sem provas nenhuma. Aliás isso é um crime de difamação e, portanto, esperavam nunca o fazer. Leu mais alguns excertos dos comunicados do PSD, deixando ainda alguns esclarecimentos. -----

35 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** disse, não lhe parecer correto colocar o título da notícia e não explicar o porquê, o seguinte “André Ventura já foi corrupto”, foi uma interpretação abusiva que o jornalista Carlos Lima fez, insinuar que planeamento fiscal, que era a função do presidente do CH, quando era funcionário da

5 Autoridade Tributária, isso era corrupção. Referiu uma notícia “a maioria dos autarcas arguidos nos últimos 2 anos é do PS”, e que era factual. -----

**Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** começou por se referir ao senhor deputado CH, dizendo que o seu partido político tinha começado por uma tentativa de constituição e não conseguia constituí-lo por falsificação de assinaturas. Respondendo ao deputado Fernando Almeida, que ficava perplexo, por que de  
10 facto, tinha uma certa candura na forma como dizia as coisas, que são absolutamente horríveis, mas acima de tudo, considerava que o senhor deputado deveria olhar para dentro. Disse que o PSD da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, das Assembleias de Freguesia tem pautado o seu comportamento, pelo aviso sobre situações que são de legalidade duvidosa. A Câmara Municipal não conhecia, nem a Assembleia Municipal, e o senhor deputado parece também não conhecer o seu partido, e dando o exemplo da freguesia  
15 do deputado Eduardo Barroco, que o senhor deputado estivesse informado sobre a vida do PSD, por exemplo, na última Assembleia de Freguesia de Arcozelo, em que tentou culpar a Junta de freguesia por ter sido condenada num processo, do Presidente de Junta do PSD que mandou fazer uma obra ilegal sem cabimentação, sem autorização da Assembleia de freguesia, sem autorização do executivo, sem um pedido de licenciamento na Câmara Municipal, tendo resultado, no facto de uma obra que custava 35.000 euros, ter  
20 sido a Junta de Freguesia condenada a mais de 80.000 euros.-----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** disse que o respeito que tinha pelo assunto estava na sua declaração, clarificando o senhor deputado Fernando Almeida, nunca falou da dívida como trunfo político, foi o Tribunal de Contas que deu origem a que o DN, escrevesse que Gaia “estava em risco de falência com uma dívida próxima dos 300 milhões”. Esclareceu o seguinte, quando deu nota daquelas  
25 notícias, não foi para dizer que o Dr. Luís Filipe Meneses, tinha “quintas ou sextas”. Não foi para dizer que o Dr. Luís Filipe Meneses era ou não era corrupto, foi para dizer que sempre que alguém em Gaia, fosse, Heitor carvalheiras, Dr. Meneses ou fosse o Jorge Queirós, Marco António, ou todos os outros que estivessem muitas vezes na berlinda de suspeições, sempre os respeitou com o silêncio. Ninguém sabe se vai dar acusação, o que está a acontecer ao Eng. Patrocínio Azevedo, ele está constituído arguido, porque a  
30 constituição de arguido é obrigatória para lhe conferir o acesso ao processo e para ele responder perante a justiça. Disse ainda, que alguns achavam e incomodavam-se quando dizia que era legítimo herdeiro, sobretudo, no PSD ficavam chateados, achava que havia muita coisa do tempo Doutor Menezes que haveria de continuar e continuou. Não fez a “limpeza” do séquito, não fez a perseguição aos funcionários da Gaianima que vinham do PSD. Não conseguia ser oportunista e fazer aproveitamento desses momentos. -----

35 *No momento, falavam diversos senhores deputados do lugar, o que originou a intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia -----*

5 **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, disse não eternizar o assunto, ser quase meia-noite, e a agenda ainda era longa, todos os senhores deputados, puderam argumentar e contra-argumentar e portanto não será dada a palavra a mais ninguém. -----

**Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP)** apresentou um Voto de Louvor e Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Municipal a George Sandeman, conforme documento em anexo (Vide anexo nº7) -----

10 **Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD)** apresentou um Voto de Louvor à Associação Miramar Império, conforme documento em anexo (Vide anexo nº8). -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Louvor e Proposta de Atribuição de Medalha de Mérito Municipal, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS a “George Sandeman”.** -----

15 **Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD a “Associação Miramar Império”.**

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**Ponto 3.1 - da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Atualização Extraordinária de Preços – Contrato de Prestação de Serviços de Higiene e Limpeza com Fornecimento de Consumíveis de Casa de Banho em diversos Equipamentos Municipais, em termos parciais, apenas relativamente ao Contrato nº 347, correspondente ao Lote 3, relativo ao Serviço de Limpeza de trabalhador diurno em dias úteis/sábados por terem sido apresentados novos elementos - AVEICLEAN – Limpeza e Conservação, Lda, em cumprimento dos preceitos constantes da Portaria 54/2023”.** -----

30 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.1.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

5 **Ponto 3.2** - da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação dos Encargos Financeiros da Empreitada “Reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, Rua das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo em cumprimento do artigo 22º do DL 197/99, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

10 •Ano 2023 - € 1.163.540,83 (um milhão, cento e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta euros e oitenta e três cêntimos) + IVA; -----

•Ano 2024 - € 1.673.152,09 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e dois euros e nove cêntimos) + IVA”.-----

15 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa Assembleia colocou à votação o Ponto 3.2.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 **Ponto 3.3** - da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Acessos à Ponte Luiz I – Postura Municipal de Trânsito, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3.-----

25 Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 02 votos contra da CDU. -----

30 **Ponto 3.4** - da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal quanto ao Inquérito – 1019/22.6T9VNG, Participante – Município de Vila Nova de Gaia e Participados – Incertos” – Para conhecimento. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, esclareceu que mais uma vez se trata do tributo, da verdade contra o oportunismo e a manipulação. Há uns tempos largos foi levantada uma questão

5 sobre uma viatura da Câmara Municipal que circulava, aliás, dando a matrícula, na Holanda e o que isso significaria e o que lá estaria a fazer. O presidente da Câmara sendo apanhado desprevenido, ficou em pânico, porque não tinha mandado ninguém à Holanda. Eram tão fáticas as afirmações, que só poderia averiguar e depois informar. Naquele dia, trazia essa informação, tratava-se de uma carroça, portanto, uma viatura de 2  
10 rodas que por um azar têm exatamente uma matrícula idêntica às portuguesas, porque na Holanda as matrículas das carroças são idênticas às portuguesas. Respondendo ao senhor deputado que levantou o problema, disse ser de facto uma viatura, e a autarquia o que fez foi entregar o assunto ao Ministério Público. O assunto era uma matrícula roubada que foi posta numa carroça na Holanda, ou uma carroça roubada em Portugal, mas, de facto, não era uma viatura do município que circulava na Holanda estava aferido pelo Ministério Público.-----

15 **Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** referiu, estarmos a analisar a informação municipal financeira, e na parte final tem com o discriminativo de todos os processos que estão pendentes e que saltou à vista um processo a dizer “multa por excesso de velocidade numa viatura da Câmara”, para além de outros processos relacionados com difamações no Facebook, mas teríamos que apurar a verdade toda e naturalmente aquilo que foi falado na altura, foram esses 2 casos.-----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, esclareceu não ter nível para dar resposta, limitava-se a questionar porque o senhor deputado tentou levantar o assunto sugerindo subliminarmente que andavam viaturas do município a circular na Holanda. **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia, foi dado Conhecimento da “Proposta da Câmara Municipal quanto ao Inquérito – 1019/22.6T9VNG, Participante – Município de Vila Nova de Gaia e Participados – Incerto”**, referente ao Ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos -----  
25

**Ponto 3.5 - da Ordem de Trabalhos “Apreciação de Modelos de Recolha de Biorresíduos”**.-----

30 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** questiona, atendendo àquilo que são as propostas apresentadas, da CBR e Suldouro porque é que não se encontrava igualmente prevista, se possível, uma proposta de recolha de Bio resíduos efetuada, por uma entidade privada e uma entidade pública? -----

**Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN)** referiu, entre outros, algumas questões depois de ler, o relatório da consulta pública, que consideravam pertinentes o relatório referir que o município prevê um sistema inteligente implementando nos contentores de utilização coletiva, mas se haverá algum incentivo para que  
35 esses contentores sejam utilizados, evitando que os resíduos sejam colocados em qualquer outro lugar. Estará prevista a fiscalização por parte de polícias municipais, o que é que será fiscalizado efetivamente e

5 como? Quanto tudo será cobrado pela Suldouro para o tratamento dos Bio resíduos, o município usufruirá da produção de compostos da classe I, cujo benefício foi estimado em 1 milhão 656 mil 684 euros comparativamente com um cenário convencional de depósito em aterro. Estes valores não foram considerados na avaliação de viabilidade económica do sistema proposto, pois a comercialização do composto não será realizada pelo município de Vila Nova de Gaia, mas sim pela entidade Suldouro, esse valor  
10 poderia ser usado para diminuir a tarifa cobrada aos munícipes servindo de incentivo à sua adesão e à recolha seletiva? Colocou, ainda mais algumas questões que considera pertinentes relativamente à matéria em apreço.-----

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)** relativamente ao ponto em discussão, e tratar-se de um assunto de maior importância e necessidade de debate político. Representando uma enorme percentagem dos resíduos  
15 em aterro, os bio resíduos não só apresentam problemas associados à sua presença nos mesmos como também têm, como já aqui foi dito, aliás, não potencial energético, pelo que a recolha seletiva de bio resíduos é mais do que eliminar problemas e também tirar partido, eles no que respeita a sua estabilidade, tanto ambiental como social como económica da este desafio colocado é assim que a CDU vê este tema, que advêm e tem enquadramento na discussão após a diretiva da União Europeia de 2018. Colocou diversas questões  
20 ao senhor Presidente, nomeadamente, as 2 primeiras perguntas, qual era a data-limite que o executivo entendia de apresentação/execução da recolha seletiva de bio resíduos e, por conseguinte, qual o impacto que o executivo teve na obrigatoriedade de cumprir as deadline na própria qualidade da proposta. A CDU não quer em Gaia e nenhum de nós quer, são soluções já vistas em alguns municípios, com o devido respeito pelos enquadramentos, tanto políticos como sociais como territoriais dos mesmos. A resposta ideal,  
25 naturalmente, era uma solução integrada de resposta aos resíduos urbanos, até porque não se gerando mais lixo, espera-se que não se gere mais lixo, tudo o que significa o aumento da percentagem, tratamento bio resíduos implica a redução depósito em aterro. Deixou ainda diversos considerandos políticos do grupo municipal da CDU. -----

**Senhor Deputado João Emanuel (BE)** disse que a discussão deste ponto se revestia da maior importância política e não era apenas necessário harmonizar as respostas a nível nacional na área da gestão de resíduos urbanos com as novas orientações da União Europeia. Também se impunha e não era menos importante  
30 alterar profundamente, melhorando todo o sistema de recolha de tratamento de resíduos de tratamento dos resíduos biodegradáveis na área do município de Vila Nova de Gaia. Sendo a gestão de resíduos, recolha e contentorização etc., da responsabilidade dos municípios com tudo poderia ser concessionada a uma prestadora de serviços, que no seu entender o município de Vila Nova de Gaia estaria numa das piores  
35 situações em termos de Área Metropolitana do Porto em matéria de resíduos urbanos. A revisão da legislação europeia veio colocar novas exigências na gestão de resíduos urbanos até 2035, de salientar obrigação, admitindo exceções, de recolha seletiva para Bio resíduos e a redução em aterro para o máximo de 10% do

5 total de resíduos urbanos ou a preparação para a reutilização de reciclagem de 65% dos resíduos urbanos  
totais. De acordo com o INE, resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante, o valor para Vila Nova  
de Gaia de recolha seletiva de resíduos humanos foi de apenas 73 quilos por habitante, quando a média  
nacional foi de 115 quilos por habitante, muito abaixo, então de outros municípios na área do que  
10 Metropolitana do Porto. Dito de outra forma, a recolha seletiva de RU em Vila Nova de Gaia representa cerca  
de 16% no total de recolha de RU e tal situação tem muito a ver com errada escolha política feita nos anos  
90 do século passado, quando então os decisores políticos avançaram com a constituição da Suldouro  
virando costas ao processo que foi desenvolvido pelos 8 municípios da Área Metropolitana do Porto que  
constituíram a Lipor. Passando á questão mais importante, a da gestão de resíduos urbanos biodegradáveis,  
a lei de 52/2021 de 10 de Agosto, regime geral de resíduos na sequência da revisão do quadro jurídico da  
15 União Europeia, passa a impor a obrigatoriedade da separação e reciclagem na origem dos bio resíduos e  
implementação das redes de recolha seletiva de bio resíduos. Ora, no plano de ação de 2020 da Suldouro  
pode ler-se que “a Suldouro não prevê efetuar a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis antes  
promovendo a valorização orgânica, derrube recuperado então de indiferenciados na unidade de tratamento  
mecânico e biológico”, significa muito claramente que a Suldouro, de facto, não prevê avançar para esta  
20 situação por isso, o BE, para além de apoiarem o cenário 2 proposto no Estudo Municipal para o  
Desenvolvimento de Sistema de Recolha de Bio Resíduos no município Nova de Gaia, defendem também que  
sejam devolvidos todos os procedimentos que visem a integração do município de Vila Nova de Gaia, na Lipor  
e consequente abandono da Suldouro. Uma nova fase em que a Biodiversidade e outras vertentes ambientais  
sejam respeitadas e o bem-estar dos cidadãos e não o lucro sejam os princípios norteadores das políticas  
25 municipais, portanto, estavam dispostos para encetar um caminho de reflexão, na assembleia que pudesse  
dar resposta cabal á questão-----

**Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** relativamente à mesma questão tão relevante dos Bio Resíduos  
afirmou que vinha á reunião algo precocemente, pois na reunião de 9 de Maio tinham defendido e tinha sido  
acertado de que seria de efetuar uma reunião de líderes, exclusivamente para se debruçar sobre o assunto,  
30 mas o facto, é que a questão vinha a esta reunião e o PSD irá deixar a sua opinião. Era uma questão de grande  
relevância, uma questão fundamental para qualquer município e, nomeadamente em consequência das  
normas europeias mais recentes, porque a recolha e/ou tratamento dos Bio Resíduos era uma problemática  
complexa que exigia uma opção e uma decisão esclarecida e sábia, o impacto financeiro evoluirá para um  
montante de cerca de 43 milhões de euros por ano o que, consequentemente, limitará e impedirá  
35 investimentos em outras áreas. Um assunto tão importante exigia informação teórica aprofundada, análise  
de melhores comparativos, análise de eficácia, análise das repercussões na saúde pública e na qualidade  
ambiental, exige sabedoria, a adquirir, evidentemente, através de um processo de estudo individual, de  
estudo com consultores num processo partidário interno, mas incluindo a consulta com consultores externos

- 5 no âmbito da Assembleia Municipal e do município, a partilha dessa informação na Assembleia Municipal para, depois, poderem votar de acordo com o conhecimento adquirido e uma fundamentação muito mais aprofundada. O PSD é de opinião de que a análise da importante problemática exige uma preparação que aporte valor e uma discussão que se pretende frutífera. A questão é de tal modo importante que desaconselhava qualquer votação porque não lhes parecia o momento adequado.-----
- 10 **Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** disse enaltecer a forma como tem sido conduzido o processo. Um processo em que a informação quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista do debate público, tem sido exigente e tem sido bem conduzido pela Câmara Municipal, aliás, temos o exemplo da sessão pública que o senhor presidente da Câmara Municipal promoveu em Grijó. Do ponto de vista da recolha dos elementos técnicos e teóricos que pudessem fundamentar a decisão do grupo, que estavam
- 15 suficientemente esclarecidos e, portanto, desse ponto de vista, em condições de poder fazer o debate. Há uma discussão de facto, a opção política e como tal deixa algumas considerações. Fundamentalmente acha que ainda não foram ao cerne da questão que são quais são as opções que cada 1 defende para o assunto, referirmos essas questões para que possamos perceber o que estamos a discutir de facto. Não estavam a discutir apenas os modelos de recolha, apenas a discutir a forma como vamos recolher os Bio Resíduos, de
- 20 facto, estamos a discutir como é que, perante a implementação objetiva, em 1º lugar de uma diretiva comunitária, de uma obrigação que se nos impõe do ponto de vista legal sobre a recolha dos bio resíduos, quais são os impactos que vai ter a população gaiense e também da forma não só como se faz essa recolha, mas também como é que se financia. Como já foi dito por alguns senhores deputados a medida em que a
- 25 recolha dos Bio Resíduos não só resolve problemas do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da saúde pública, como permite a própria valorização desses Bio resíduos, uma valorização que é por um lado económico, obviamente, mas também uma valorização no ponto de vista do modelo de desenvolvimento assente na economia circular, que é esse também o futuro da nossa economia e o futuro do nosso país, do nosso território do ponto de vista do desenvolvimento. A aposta, na reutilização de recursos, neste caso dos Bio Resíduos. Deixou ainda diversos contributos relativamente à temática. -----
- 30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** disse que a questão, mais genérica, que levantou o senhor deputado Fernando Almeida do PSD, é que não há nenhuma expectativa de sair dali com uma decisão tomada, nem nos próximos tempos, houve a expectativa de lançar uma discussão que era uma discussão em que o município lançava, independentemente da legitimidade política, o facto de estarmos perante um tema que irá atravessar a vida do concelho e do município nos próximos 10 anos pelo menos,
- 35 que serão 12, porque todos os estudos apontam para dar mais 2, porque exatamente os 2 primeiros anos são anos de implementação e, como um contrato só ganha velocidade a partir do momento em que o investimento começa a ser amortizado, num contexto desses implica investimentos muito significativos. Prestou os devidos esclarecimentos aos senhores deputados, dando exemplos dos diversos panoramas quer

5 políticos quer técnicos sobre a complexidade dessa área da gestão de resíduos urbanos, de acordo com as novas orientações da União Europeia. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, foi apreciado o ponto 3.5 - “Apreciação de Modelos de Recolha de Biorresíduos”.** -----

10

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº9). -----

15

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e vinte e três minutos do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

20

A Primeira Secretária

---

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

25

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(Albino Pinto de Almeida)